

Brasília, 29 de novembro de 2022

Ofício FONACATE/SG nº 029/2022

Ilmo. Senhor
ALOIZIO MERCADANTE
Coordenador de grupos técnicos da equipe de transição de governo
Brasília/DF

Assunto: Orçamento de 2023 e pauta emergencial dos servidores públicos civis federais

Senhor Coordenador,

1. Ao cumprimentá-lo, o **Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE**, composto por 36 entidades associativas e sindicais, que representam mais de 200 mil servidores públicos que desempenham atribuições imprescindíveis ao Estado brasileiro apresenta, a seguir, a pauta emergencial do serviço público federal.
2. O processo atual de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2023, em meio à transição de governo com repactuação de agenda inclusiva e sustentável de desenvolvimento, para o que importa a reestruturação das capacidades estatais, constitui oportunidade para início da correção dos prejuízos acumulados pelos servidores públicos civis federais nos últimos anos.
3. Os salários encontram-se congelados, em termos nominais, desde janeiro de 2017 ou janeiro de 2019, conforme a carreira, acumulando perdas de 30% a 40%.
4. Os concursos escassearam, a reposição de força de trabalho não compensa as saídas por aposentação, há queda persistente do número de servidores e a insuficiência de mão de obra cresce, especialmente em atividades de prestação direta de serviços à população.
5. Os servidores aposentados, além do congelamento dos vencimentos e da majoração de alíquotas da contribuição previdenciária imposta pela Emenda Constitucional nº 103, com o Decreto 10.620/2021 deixarão de ser atendidos pelas áreas de recursos humanos dos Ministérios para se integrem ao INSS, órgão com recorrente escassez de pessoal.
6. É emergencial e é factível a concessão de recomposição imediata dos salários dos servidores civis federais. As despesas com a folha civil encontram-se no patamar mais baixo da série histórica. O PLOA 2023, ainda em tramitação, já conta com previsão de R\$ 13,3 bilhões para reajustes remuneratórios, concessões de vantagens e reestruturação de carreiras. Um valor como este não cobre as perdas dos últimos anos, mas pode constituir um piso inicial para a recomposição, pois comporta para todos os Poderes a proposta escalonada de reajuste do Judiciário de 18% não cumulativo em 2023 e 2024. E as dotações orçamentárias podem aumentar em razão da aprovação da PEC de Transição.
7. O PLOA 2023 também prevê R\$ 3,4 bilhões para o provimento de 52 mil novos servidores distribuídos em todos os Poderes. Mais uma vez é importante tratar a previsão como um piso. A

necessária restauração das políticas públicas requererá reposição planejada da força de trabalho do Governo Federal nos próximos anos.

8. Além do acima exposto, o Decreto 10.620/2021 precisa ser revogado. Com competência ampliada, o INSS, que já passa por dificuldades estruturais e de pessoal, pode entrar em colapso. Já para os servidores federais prestes a se aposentarem, além de aposentados e aos pensionistas, há ampliação de insegurança.

9. Por fim, ficamos à disposição para esclarecimentos e discussões que envolvam as áreas representadas neste Fórum.

Cordialmente,



RUDINEI MARQUES

Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
Presidente da FENAUD – Federação Nacional de Auditores de Controle Interno Público



RIVANA RICARTE

Secretária-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
Presidenta da ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Compõem este Fórum:

AACE – Associação dos Analistas de Comércio Exterior

ABC – Associação Brasileira de Criminalística

ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

AFIPEA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA

ANADEF – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais

ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

ANAFE – Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

ANAPE – Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal

ANESP – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão

ANFFA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

ANPM – Associação Nacional dos Procuradores Municipais

ANPPREV – Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais

ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República

APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal

ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo

CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais

FENADEPOL – Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais

FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

FENAUD – Federação Nacional de Auditores de Controle Interno Público

INTELIS – União dos Profissionais de Inteligência de Estado da ABIN

SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

SINDCVM – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de

Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários

SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU

SINDPFA – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários

SINDSUSEP – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

UNACON SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle

UNAFISCO NACIONAL – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

UNAREG – União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais

